

## PORTUGUÊS

## (Texto 01)

1 No modelo atual de sociedade digital os bens já não representam a extrema medida da riqueza. Com efeito, em tempos de um admirável mundo cibernético, ainda de todo não conhecido, a  
5 informação e o conhecimento são as principais fontes de poder. O direito fundamental ao acesso a informação decorre da ampla abertura inerente às cartas constitucionais democráticas, revelando-se, nesse sentido, como relevante  
10 instrumento de participação popular e efetivo controle dos poderes representativos, além de determinar singulares desdobramentos de ordem comercial e civil no âmbito do Direito Privado. Umbilicalmente relacionados, o direito  
15 fundamental à liberdade de expressão oxigena e impulsiona o exercício do direito à informação. A relação entre essas duas cláusulas pétreas do direito constitucional brasileiro é, em absoluto, indissociável, e deriva de dispositivos expressos  
20 no texto da Lei Maior, que, inicialmente, declara ser “livre a manifestação do pensamento” e, em seguida, garante ser “assegurado a todos o acesso à informação”.  
Conforme salientam Gilmar Ferreira Mendes e  
25 Paulo Gustavo Gonet a liberdade de expressão constitui “um dos mais relevantes e preciosos direitos fundamentais, correspondendo a uma das mais antigas reivindicações dos homens de todos os tempos”. Nesse sentido, tem-se, pois, que a  
30 liberdade de expressão representa uma relevante conquista da civilização, que acompanha a própria evolução da humanidade.

(Adaptado de Jusbrasil, 28/11/2016)

01. Em relação à pontuação do **Texto 01**, julgue as afirmativas abaixo em Verdadeiro (V) ou Falso (F). Em seguida, assinale a alternativa com a ordem correta das respostas, de cima para baixo:

( ) Manteria o sentido original do texto se acrescentássemos uma vírgula imediatamente após a palavra “digital” (linha 1).

( ) A vírgula que isola o termo “Nesse sentido” (linha 29) poderia ser substituída por travessão sem alteração da correção gramatical do trecho.

( ) Alteraria o sentido original do texto caso fosse suprimida a vírgula presente imediatamente após “Maior” (linha 20).

- A) F – F – F
- B) F – F – V
- C) V – V – V
- D) V – F – F
- E) V – F – V

02. Em relação à acentuação gráfica, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A palavra “já” (linha 1) leva acento pela mesma regra que a palavra “às” (linha 8).
- B) O verbo “é” (linha 18) é acentuado devido à regra dos acentos diferenciais.
- C) A palavra “pétreas” (linha 17) é acentuada pela seguinte regra: acentuam-se as palavras oxítonas terminadas em “a”.
- D) A palavra “cláusulas” (linha 17) é acentuada devido à seguinte regra gramatical: acentuam-se todas as palavras proparoxítonas.
- E) A expressão “tem-se” (linha 29) está incorretamente grafada, devendo ser substituída por “têm-se”.

03. A partícula “que” (linha 29) do **Texto 01** pertence à mesma classe gramatical que a palavra sublinhada na seguinte frase:

- A) Aquela é a vaga por que me dediquei.
- B) É preciso que se façam novos esforços.
- C) Quem dirá o contrário?
- D) Não sabemos quem irá vir à tarde.
- E) Qualquer um que compareceu sabe.

04. Há presença de oração na voz passiva na seguinte oração retirada do **Texto 01**:

- A) “...os bens já não representam a extrema medida da riqueza. (...)”
- B) “...a informação e o conhecimento são as principais fontes de poder. (...)”
- C) “...e deriva de dispositivos expressos no texto da Lei Maior (...)”
- D) “...ser “assegurado a todos o acesso à informação”. (...)”
- E) “...a liberdade de expressão constitui “um dos mais relevantes e preciosos direitos fundamentais (...)”

05. Acerca das classes gramaticais, analise as afirmativas abaixo e assinale a opção CORRETA:

I. A palavra “atual” (linha 1) exerce função morfológica de advérbio de tempo.

II. A palavra “mais” (linha 26) exerce a função morfológica de advérbio de intensidade.

III. A palavra “mais” (linha 28) exerce a função morfológica de pronome demonstrativo.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas II e III estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

06. A utilização da crase “à” no trecho abaixo é justificada pela seguinte regra gramatical:

“...oxigena e impulsiona o exercício do direito à informação. (...)” (linhas 15 e 16)

- A) É obrigatório o uso de crase em locuções adverbiais formadas por preposição e palavra feminina.



- B) É obrigatório o uso de crase em algumas locuções conjuntivas.
- C) É obrigatório o uso de crase em algumas locuções prepositivas.
- D) Há a contração entre a preposição “a” exigida por regência nominal e o artigo definido “a”.
- E) Há a contração entre a preposição “a” exigida por regência verbal e o artigo definido “a”.

07. Assinale a alternativa cuja conjunção sublinhada possui o mesmo valor semântico que o termo “pois” (linha 29) retirado do **Texto 01**:

- A) A menos que você fique, irei embora.
- B) Ele a estava esperando, consoante fora acertado.
- C) Como combinado, iremos ao cinema.
- D) Ele enfrentaria o problema, porquanto precisavam fazê-lo.
- E) O time venceu, de modo que ficou classificado.

08. A expressão sublinhada no período abaixo retirado do **Texto 01** poderia ser CORRETAMENTE substituída pelo termo:

“Nesse sentido, tem-se, pois, que a liberdade de expressão representa uma relevante conquista da civilização, que acompanha a própria evolução da humanidade.” (linhas 29 a 32)

- A) a qual
- B) em que
- C) cujas
- D) na qual
- E) o qual

09. Sobre o estudo das classes gramaticais, é CORRETO afirmar que a palavra “a” (linha 27) exerce a mesma função morfológica que o seguinte termo do **Texto 01**:

- A) “a” (linha 2)
- B) “a” (linha 4)
- C) “a” (linha 21)
- D) “a” (linha 22)
- E) “a” (linha 25)

10. “O direito fundamental ao acesso a informação decorre da ampla abertura inerente às cartas constitucionais democráticas, revelando-se, nesse sentido, como relevante instrumento de participação popular e efetivo controle dos poderes representativos, além de determinar singulares desdobramentos de ordem comercial e civil no âmbito do Direito Privado.” (linhas 6 a 13). No trecho acima, pode-se afirmar que há um erro gramatical de:

- A) Concordância verbal
- B) Concordância nominal
- C) Regência nominal
- D) Regência verbal
- E) Acentuação

## CONHECIMENTOS GERAIS

11. Acerca da nova composição do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que **COMPLETA CORRETAMENTE** a lacuna do texto abaixo:

“A partir do dia 10 de setembro (de 2016), a ministra \_\_\_\_\_ tomou o lugar do até então presidente, Ricardo Lewandowski. A eleição foi simbólica porque a ministra já ocupa o cargo de vice-presidente da Corte.”

- A) Ellen Gracie
- B) Luciana Christina Guimarães Lóssio
- C) Dora Maria da Costa
- D) Cármen Lúcia
- E) Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

12. A biometria, projeto de identificação de cidadãos, será iniciada em 2017 nas instituições federais. Sobre o assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Cidadãos que solicitarem informações nos bancos de dados da administração pública ou um serviço público digital poderão ser identificados por meio da biometria.
- B) A biometria tem o objetivo de reduzir custos, melhorar o atendimento à sociedade e aperfeiçoar programas sociais.
- C) O novo modelo de identificação será desenvolvido em uma parceria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- D) Para iniciar o projeto, o governo testará, no início do próximo ano, a nova forma de identificação no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- E) Após o piloto do projeto com os cidadãos voluntários, a biometria será testada nos servidores públicos.

13. O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC) e a Polícia Federal deflagraram no mês de junho de 2016 a Operação Boca Livre. O objetivo é apurar desvios de recursos públicos relacionados a projetos culturais aprovados pelo Ministério da Cultura (MinC), cujos benefícios são advindos da seguinte lei federal:

- A) Lei de Acesso à Informação
- B) Lei Rouanet
- C) Lei Orçamentária Anual
- D) Lei Kandir
- E) Lei de Diretrizes Orçamentárias

14. A primeira etapa do processo seletivo para elencar 61 profissionais, que representarão o Brasil, conta com 306 inscritos na 2ª edição do Mercado de Indústrias Culturais do Sul (Micsul). Nesta edição, o Micsul ocorreu no (a):

- A) Chile
- B) Brasil
- C) Equador
- D) Colômbia
- E) Peru

15. Um desastre ambiental ocorreu no dia 5 de novembro de 2015, quando a barragem de rejeitos de Fundão rompeu-se e derramou 34 milhões de m<sup>3</sup> de lama sobre o vale de um subafluente do Rio Gualaxo do Norte. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Em cerca de 40 minutos, o fluxo de lama atingiu a barragem de Santarém, situada 3 km abaixo.
- B) Nos 16 dias seguintes, a lama percorreu mais de 600 km e chegou à foz do rio Doce; felizmente, a lama não entrou em contato com o mar.
- C) No total, a lama matou 19 pessoas e desalojou mais de 1.000 moradores da região.
- D) A barragem era situada no Município de Mariana e de propriedade da Samarco Mineração, controlada pela Vale e pela BHP Billiton.
- E) O rompimento da barragem derramou mais 1,5 milhão m<sup>3</sup> de lama no vale, chegando à comunidade de Bento Rodrigues, 3 km adiante, que foi totalmente destruída.

16. “Contendo um conjunto de ações estruturantes para a agenda nacional de adaptação, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) foi lançado nesta quarta-feira (11) pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).” (12/05/2016, <http://www.brasil.gov.br/>). O PNA tem como objetivo:

- A) Fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.
- B) Erradicar a pobreza, construir economias mais fortes e sociedades mais seguras, mais saudáveis e mais habitáveis em todos os lugares.
- C) Promover a gestão e redução do risco associado à mudança do clima, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.
- D) Envolver os países na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês).
- E) Criar um mecanismo de revisão dos compromissos voluntários dos países, de cinco em cinco anos.

17. A chefia do Poder Executivo do município de Aracaju é exercida pelo:

- A) Presidente da Câmara dos Deputados
- B) Presidente da Assembleia Legislativa
- C) Presidente da Câmara Municipal
- D) Prefeito
- E) Juiz de Direito

18. Compete à Câmara Municipal de Aracaju, com a sanção do Prefeito, dispor sobre matérias de competência do Município. Entre suas competências, pode-se destacar:

- A) Sancionar, promulgar e fazer publicar leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir regulamentos para sua fiel execução.

- B) Dispor sobre a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.
- C) Decretar desapropriações e instituir servidões administrativas.
- D) Permitir o uso de bens municipais por terceiros, depois de autorizado pelo prefeito.
- E) Celebrar e autorizar convênios e acordos com entidades públicas.

19. Em relação à história da cidade de Aracaju, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I. A história da cidade de Aracaju está relacionada à da cidade de São Cristóvão, a antiga capital da Capitania de Sergipe (atual estado de Sergipe).

II. No início da ocupação portuguesa de região onde hoje se encontram Aracaju e cidades vizinhas, ela estava sob a jurisdição da Capitania da Baía de Todos os Santos, que hoje é o estado da Bahia.

III. As terras onde hoje se encontra Aracaju originaram-se de sesmarias doadas a Pero Gonçalves e eram consideradas a capital do país na época colonial.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas III está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

20. “É uma rede social e servidor para microblogging, que permite aos usuários enviar e receber atualizações pessoais de outros contatos, em textos de até 140 caracteres.” (www.significados.com.br). A definição acima refere-se ao seguinte meio de comunicação:

- A) Telefone móvel
- B) WhatsApp
- C) Facebook
- D) Telegram
- E) Twitter

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21. Todas as alternativas abaixo constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- C) Garantir os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- E) Promover o bem de todos, sem discriminações.

22. Quanto aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

- C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- D) É livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer brasileiro, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- E) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

23. Acerca da ética no serviço público, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

*I. Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.*

*II. O servidor deve abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.*

*III. É vedado ao servidor público desviar servidor público para atendimento a interesse particular.*

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

24. Assinale a alternativa que designa CORRETAMENTE o agente público definido no Texto abaixo:

*“Designa os agentes públicos que, sob regime contratual trabalhista, mantêm vínculo funcional permanente com a administração pública.”*

- A) Empregado Público
- B) Servidor Público
- C) Agente Temporário
- D) Funcionário Público
- E) Trabalhador

25. Segundo o Código Penal, aquele que praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio, pratica o crime de:

- A) Perigo de contágio de moléstia moderada.
- B) Perigo para a vida ou saúde de outrem.
- C) Perigo de contágio de moléstia grave.
- D) Abandono de incapaz.
- E) Exposição ou abandono de recém-nascido.

26. De acordo com o Decreto-Lei Federal Nº 2.848/40, assinale a alternativa que indica um crime o qual só é admitido se o ofendido for funcionário público e se a ofensa for relativa ao exercício de suas funções:

- A) Injúria
- B) Exceção da verdade
- C) Difamação
- D) Calúnia

E) Retratação

27. Segundo o Decreto-Lei Federal Nº 2.848/40, o crime de concussão é definido como:

- A) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- B) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo.
- C) Se o funcionário exige imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- D) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- E) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

28. Se determinada pessoa usurpar o exercício de função pública, auferindo do fato vantagem, a pena imposta, de acordo com o Decreto-Lei Federal Nº 2.848/40, será de:

- A) Reclusão, de dois a cinco anos, e multa.
- B) Detenção, de três meses a dois anos, e multa.
- C) Reclusão, de um a três anos.
- D) Detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.
- E) Detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

29. Acerca dos remédios constitucionais, é CORRETO afirmar que:

- A) O habeas corpus tem natureza penal, é isento de custas e não há necessidade de advogado para sua impetração.
- B) O mandado de segurança tem natureza civil, é isento de custas e é cabível apenas contra atos discricionários de autoridades.
- C) O mandado de injunção tem natureza civil, é não gratuito e é cabível diante da falta de regulamentação de normas constitucionais de eficácia limitada.
- D) O habeas data tem natureza civil, é não gratuito e prescinde de assistência advocatícia.
- E) A ação popular tem natureza civil coletiva, é isenta de custas e é impetrado originalmente pelo Ministério Público.

30. Em relação às competências constitucionalmente atribuídas aos Poderes, compete privativamente ao Poder Executivo:

- A) Dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- B) Conceder indulto e comutar penas, sendo essas competências indelegáveis.

- C) Prover e extinguir cargos públicos federais por decreto.
- D) Prestar ao congresso nacional, dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes aos dois exercícios anteriores.
- E) Enviar ao congresso nacional as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) discricionariamente, ou seja, conforme sua conveniência e oportunidade.

**31.** Em se tratando das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada compõem a chamada função essencial à justiça, mas não integram o Poder Judiciário.
- B) Compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- C) A Advocacia Pública tem como responsabilidade a defesa jurídica dos entes federativos e é integrante do Poder Executivo.
- D) A Defensoria Pública, cuja competência legislativa privativa cabe à União, possui como objetivo prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- E) Quanto a Advocacia Privada, conforme a Constituição, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

**32.** Acerca dos princípios da Administração Pública, o princípio o qual defende que os atos administrativos podem ser controlados e inspecionados, sujeitando-se ao controle judicial, ao controle externo, ao controle interno e à autotutela administrativa, é denominado:

- A) Princípio da legitimidade
- B) Princípio da segurança jurídica
- C) Princípio da sindicabilidade
- D) Princípio da legalidade
- E) Princípio da precaução

**33.** Acerca da centralização, descentralização e desconcentração da Administração pública, assinale a INCORRETA:

- A) A centralização administrativa envolve a reunião de funções e execução de tarefas no âmbito de um ente político competente.
- B) A descentralização administrativa envolve a distribuição de funções e tarefas a outras entidades administrativas, integrantes do mesmo ente político.
- C) A desconcentração administrativa envolve a distribuição interna de funções e tarefas no âmbito de um mesmo órgão administrativo.
- D) A descentralização administrativa funcional envolve a distribuição de funções e tarefas a outra pessoa jurídica de direito público ou privado, e a ela transfere a titularidade e a execução.
- E) A descentralização administrativa por colaboração envolve a distribuição de funções e tarefas a outra

pessoa jurídica de direito público ou privado, e a ela transfere apenas a execução.

**34.** Conforme a lei 8.666/93, a concorrência é uma modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto. No entanto, existem casos em que a concorrência será obrigatória, independentemente do valor, como em todos os itens abaixo, EXCETO:

- A) Concessão de direito real de uso.
- B) Concessão de serviço público.
- C) Contratos de parceria público-privado.
- D) Registro de preços, quando não cabível o pregão.
- E) Compra ou alienação de bens imóveis, inclusive quando derivado de procedimentos judiciais.

**35.** Sobre prescrição e decadência, assinale o item INCORRETO:

- A) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- B) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e, sendo feita, só valerá, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.
- C) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- E) A interrupção da decadência, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo se incompetente.

**36.** Acerca do contrato de compra e venda, é CORRETO afirmar que:

- A) A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, independente de as partes acordarem no objeto e no preço.
- B) Na compra e venda de coisa futura ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.
- C) A fixação do preço não pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, mesmo que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.
- D) É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- E) É convalidável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.

**37.** Acerca da citação de acordo com o Novo Código Processual Civil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

*I. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferi-*

mento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido.

II. Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria comunicar-lhe o resultado do julgamento.

III. A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas I e III estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

38. Aquele que aceita promessa, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, comete o crime de:

- A) Corrupção passiva
- B) Excesso de Exação
- C) Concussão
- D) Peculato
- E) Evasão

39. Segundo a Lei 4.324/64, o Conselho Federal de Odontologia compor-se-á de 9 (nove) membros e outros tantos suplentes. Ainda, compete ao Conselho Federal de Odontologia todas as atribuições abaixo, EXCETO:

- A) Votar e alterar o Código de Deontologia Odontológica, ouvidos os Conselhos Regionais.
- B) Expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais.
- C) Aplicar aos membros dos Conselhos Regionais, e aos próprios, as penalidades que couberem pelas faltas praticadas no exercício de seu mandato.
- D) Aprovar o orçamento anual próprio e dos Conselhos Regionais.
- E) Deliberar sobre inscrição e cancelamento, em seus quadros, de profissionais registrados na forma desta Lei.

40. Sobre a vacinação dos trabalhadores dos serviços de saúde, de acordo com a Norma Regulamentadora 32, assinale a alternativa incorreta:

- A) A todo trabalhador dos serviços de saúde deve ser fornecido, gratuitamente, programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.
- B) O empregador deve fazer o controle da eficácia da vacinação sempre que for recomendado pelo Ministério da Saúde e seus órgãos, e providenciar, se necessário, seu reforço.
- C) É responsabilidade do próprio trabalhador se informar das vantagens e dos efeitos colaterais, assim como dos riscos a que estarão expostos por falta ou recusa de vacinação.
- D) Sempre que houver vacinas eficazes contra outros agentes biológicos a que os trabalhadores estão, ou

poderão estar, expostos, o empregador deve fornecê-las gratuitamente.

- E) A vacinação deve ser registrada no prontuário clínico individual do trabalhador, previsto na NR-07.